

## **AS ÁGUAS E A MODERNIZAÇÃO EM VITÓRIA (ES): A PAISAGEM COMO ESTÉTICA**

*WATER AND MODERNIZATION IN  
VITÓRIA (ES): THE LANESCAPE AS A  
ESTHETIC*

*LAS AGUAS Y LA MODERNIZACIÓN EN  
VITÓRIA (ES): EL PAISAJE COMO  
ESTÉTICA*

### **TATIANA CANICALI CASADO**

Universidade Federal do Espírito Santo  
(UFES) – Vitória/ES.  
E-mail: taticanicali@gmail.com

### **ENEIDA MARIA SOUZA MENDONÇA**

Universidade Federal do Espírito Santo  
(UFES) – Vitória/ES.  
E-mail: eneidamendonca@gmail.com

### **GUSTAVO ZAMPRONI GOMES**

Universidade Federal do Espírito Santo  
(UFES) – Vitória/ES.  
E-mail: gustavozgomes@hotmail.com

**Resumo:** A forte presença hídrica no contexto urbano capixaba significou, historicamente, a construção de relações sócio-espaciais peculiares, pautadas pela integração de diversas esferas da vida cotidiana. A passagem para o século XX marca o momento em que essa construção assume um novo caráter, a partir da idealização da paisagem como produto da modernidade. O trabalho procurou compreender de que modo o papel das águas no contexto capixaba, entre meados do século XIX e meados do século XX, é representativo do processo de modernização no qual a paisagem constitui uma das formas de expressão. As [possíveis] contribuições que aqui se fazem versam acerca dos novos significados atribuídos à relação homem-natureza, sobretudo pautados na estetização de tudo aquilo que um dia fora único e integrado, a cultura.

**Palavras-chave:** paisagem, águas, modernização, Vitória (ES).

**Abstract:** The strong hydric presence in the urban context of Espírito Santo meant, historically, the construction of peculiar socio-spatial relations, based on the integration of several spheres of daily life. The passage to the twentieth century marks the moment when this construction takes on a new character, from the idealization of the landscape as a product of modernity. The paper sought to understand how the role of water in the context of the capixaba, between the middle of the nineteenth century and the middle of the twentieth century, is representative of the process of modernization in which the landscape is one of the forms of expression. The [possible] contributions made here are about the new meanings attributed to the human-nature relationship, mainly based on the aestheticization of everything that once was unique and integrated, culture

**Keywords:** landscape, waters, modernization, Vitória (ES).

**Resumen:** La fuerte presencia hídrica en el contexto urbano en Vitória (ES) significó, históricamente, la construcción de relaciones socio-espaciales peculiares, pautadas por la integración de diversas esferas de la vida cotidiana. El paso hacia el siglo XX marca el momento en que esa construcción asume un nuevo carácter, a partir de la idealización del paisaje como producto de la modernidad. El trabajo buscó comprender de qué modo el papel de las aguas en el contexto en Vitória, entre mediados del siglo XIX y mediados del siglo XX, es representativo del proceso de modernización en el que el paisaje constituye una de las formas de expresión. Las [posibles] contribuciones que aquí se hacen versan acerca de los nuevos significados atribuidos a la relación hombre-naturaleza, sobre todo pautados en la estetización de todo aquello que un día fuera único e integrado, la cultura.

**Palabras clave:** paisaje, aguas, modernización, Vitória (ES).

## **Introdução**

A presença hídrica no contexto do espaço urbano de Vitória é tomada como objeto de investigação dentro do recorte temporal entre a década de 1840 e a década de 1950, o que busca contemplar

desde o primeiro periódico efetivo<sup>1</sup> que veio a circular no Espírito Santo, o *Correio da Victoria* (1849 a 1872) até o governo de Jones dos Santos Neves (1951 a 1955), cujas ações encerraram um ciclo de grandes transformações remodeladoras em Vitória idealizadas desde Muniz Freire (1892 a 1896) ao final do século XIX. O estudo de Bellini (2014) aponta para uma forte relação da noção de paisagem com os aspectos visuais/ panorâmicos e o apelo estético-civilizatório de ordenamento do espaço urbano presente nas intervenções remodeladoras realizadas na Capital entre o final do século XIX e o começo do século XX. A ideia de paisagem que se delineia, portanto, corresponde à própria historicidade do conceito indicado por Cauquelin (2007, p. 16), para quem a paisagem constitui uma invenção moderna construída a partir de um “[...] conjunto de valores ordenados em uma visão, [...]”, orientados, sobretudo, pelo higienismo e pelo embelezamento impostos como padrões hegemônicos de vida pela burguesia.

Se, por um lado, revelam-se indícios da “invisibilização de agentes e práticas” apontada por Souza (2015), por outro lado abre-se um campo de diálogo entre visibilidade e espacialidade como proposto por Gomes (2013), o primeiro entendido como o conjunto de “[...] determinadas condições [que] contribuem diretamente para que algumas imagens sejam mais notadas [...]” (GOMES, 2013) e o segundo como um “[...] jogo de posições relativas de coisas e/ou fenômenos que se situam, ao mesmo tempo, sobre esse mesmo espaço” (ibidem, p. 17). Neste ponto, importa a reflexão provocada por Souza (2015) ao indicar que o termo paisagem assumiu,

---

<sup>1</sup> Oliveira (2008) indica que, embora O Estafeta constituísse o primeiro jornal impresso do Espírito Santo a circular, em 1840, não passou do número inaugural. Dessa forma, o *Correio da Victoria*, cuja circulação iniciou em 17 de janeiro de 1849, inaugura a história do jornalismo capixaba.

historicamente, um conteúdo excessivamente visual e representacional ao qual, de alguma forma, distorceu a abordagem holística e verdadeiramente integrada da natureza defendida pelo geógrafo alemão Carl Troll na década de 1930 ao introduzir a expressão *Landschaftsökologie*<sup>2</sup>. Nesse sentido, a ênfase desenfreada na aparência da paisagem oculta sua essência, invisibiliza agentes e práticas, quer seja por meio da “representação seletiva” da paisagem ou por meio de “intervenções no próprio substrato espacial material”<sup>3</sup>. O que Souza (2015) expõe dialoga diretamente com o que Gomes (2013) chama de “regimes de visibilidade”, ou seja, para estes autores, o que se “vê” não está relacionado simplesmente a uma concepção absoluta da visão de espaço, mas, de modo relevante, é tributário de uma visão de “espaço relativo”. Para ambos, o conceito de posição, fundamental na visibilidade dos fenômenos, incide nos “procedimentos regulares [...] que estabelecem socialmente aquilo que deve ser visto, [...]”<sup>4</sup> e o que não “merece” ser visto. Para Gomes (2013, p. 55), “O tipo de espaço, o lugar ocupado, a rede de relações dessa posição, tudo isso age como critérios que guiam o olhar e o interesse e conferem diferentes graus de visibilidade às coisas.”

Ao remeter, em Vitória (ES), aos espaços que atuaram na fruição da paisagem, observam-se diferentes “regimes de visibilidade”, o que reflete a construção de distintos valores do olhar.

---

<sup>2</sup> Segundo Souza (2015) a expressão *Landschaftsökologie* (Ecologia da Paisagem), introduzida por Carl Troll na Alemanha, acabou sendo mal interpretada e mal traduzida pelos geógrafos anglo-saxônicos com o termo *Landscape ecology*.

<sup>3</sup> Souza (2015, p. 66) utiliza essa expressão para designar o espaço geográfico na sua materialidade, compreendido pelo sítio (“natureza primeira”), referindo-se à topografia e ao conjunto de condições naturais abióticas, e pelo ambiente construído (“natureza segunda”), isto é, o espaço socialmente produzido.

<sup>4</sup> Gomes (2013, p.51) chama de regime de visibilidade ordinário aquele que “faz parte do cotidiano” e que é “previsível, repetitivo e não impactante” em contraponto ao regime de visibilidade extraordinário que “[...] capta a atenção, cria ou se associa a um evento, tem impacto, mobiliza e interfere nessa ordem do cotidiano”.

Desse modo, partimos do ponto de que é possível compreender a construção da ideia de paisagem moderna a partir da dialética visibilidade-espacialidade das águas no contexto urbano capixaba entre os séculos XIX e XX.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa buscou em mensagens e relatórios de governo, periódicos locais<sup>5</sup>, iconografias e bibliografias, identificar e refletir acerca das práticas e espaços associados às águas neste período. Importa indicar a pesquisa realizada por Bellini (2014) intitulada *Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 A 1916 – Vitória (Es)* como suporte inicial o qual nos permitiu construir as indagações motivadoras deste trabalho, quais sejam o papel assumido pelas águas no espaço urbano em modernização de Vitória e sua relação com a construção da paisagem moderna capixaba. Nesse sentido a pesquisa concentrou-se em investigar: I. nas práticas sociais relacionadas às águas, os locais de ocorrência; II. nos espaços públicos cuja presença de água, visível ou não, fora de alguma maneira registrada, as práticas sociais relatadas entre 1849 e 1955 na Capital capixaba. Em ambas as frentes, mais que identificar tais práticas sócio-espaciais<sup>6</sup>, buscou-se compreendê-las em suas historicidades, ou seja, como ações que participam de um

---

<sup>5</sup> Realizada nos Relatórios, Mensagens de Governo e periódicos disponíveis no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, publicados entre 1849 e 1955.

<sup>6</sup> O termo “sócio-espacial” é utilizado em diálogo com Souza (2015, p. 15-16), para quem, a expressão usando hífen, diferentemente da grafia “socioespacial”, abrange não apenas a dimensão espacial de determinado objeto, mas também se refere às relações sociais que produziram o espaço.

contexto de muitas camadas históricas, de um palimpsesto urbano.

### **A paisagem como estetização da separação homem-natureza**

A partir da modernidade, o entendimento hegemônico e naturalizado sobre o que se denomina ‘natureza’ e ‘sociedade’ difere do entendimento das sociedades pré-modernas, para quem estas ‘categorias’ sequer existiam enquanto linguagem e a ideia de cultura<sup>7</sup> figurava um modo de existência único (BESSE, 2006), indissociável e integrado das antigas sociedades agrárias. Para Kurz (2002) a modernidade separou, de modo funcional e desigual, a sociedade em ‘subsistemas’, dentre os quais a economia se revela como aquele que, ao mesmo tempo, constitui o conteúdo central e o fim em si mesmo da sociedade. Todos os demais ‘subsistemas’, nessa perspectiva, possuem significado desprezadamente secundário e submisso à reprodução econômica capitalista. Neste grupo refutado, inserem-se esferas cindidas da vida, como a religião, a arte e a cultura, de tal modo que esvaziam-se seus conteúdos sociais e autonomizam-se suas estéticas, suas formas.

Observam-se, nesta lógica, dois processos: o que separa uma esfera da vida e o que autonomiza o separado. Uma vez separadas e emancipadas, estas esferas independem de qualquer conteúdo social visto que suas formas são sem conteúdo ou seus conteúdos são simplesmente suas formas. A significância da cisão e autonomização da estética de seus ‘conteúdos sociais’, como se observa na separação homem-natureza, não desaparece, portanto, nas paisagens, pelo

---

<sup>7</sup> Segundo Kurz (2002), a palavra latina “cultus” deu origem ao conceito “cultura” e está ligado a “plantação”, “agricultura”, “serviço divino”, “sociabilidade”, “formação” e até mesmo “vestimenta”.

contrário, integra-se negativamente na vida social dissolvido na economização do mundo. Nesse sentido, interessa-nos refletir a paisagem no interior deste contexto, ou seja, parte-se do entendimento de que a paisagem materializa a separação e a autonomização estética da relação homem-natureza, portanto, do modo de existência do homem.

O momento em que a ideia de natureza parece ter se separado da cultura das sociedades se situa, de alguma maneira, na passagem da Idade Média para a Moderna segundo Besse (2006) e seus interlocutores, como Yves Bonnefoy e Georg Simmel. Para estes autores a paisagem somente existe porque, enquanto extrato de um todo, assume autonomia e articula uma dinâmica própria e independente em relação ao todo. Yves Bonnefoy indica o aparecimento da paisagem na modernidade ao contrapor-la à Idade Média, quando a paisagem não constituía uma possibilidade para os artistas, já que, “Não se representa o particular quando se tem a felicidade do universal, [...]” (BONNEFOY, 1992, p. 162 *apud* BESSE, 2006, VIII prefácio).

Georg Simmel denomina de ‘violência da paisagem’ a “[...] experiência de ser arrancado do sentimento de pertencer a um Todo [...] e tornar-se “[...] um conjunto independente, que se desprende do precedente e reivindica seu direito em relação a ele” (SIMMEL, 1988, p. 232 *apud* BESSE, 2006, VIII prefácio). Para Besse (2006), Simmel coloca a paisagem como atributo da modernidade, cuja individualização das formas de vida constitui a sua própria condição de ser. Segundo Besse (2006, VIII, prefácio), “A paisagem significa originalmente a restrição do mundo visível ao campo visual que se abre a partir deste recorte primordial. O sentimento de pertencer à

generosa presença daquilo que é, é substituído então por uma contemplação à distância do mundo.

A desnaturalização da ideia de paisagem está presente em Cauquelin (2003) ao induzir a reflexão acerca da modernidade e revelar uma [outra] apreensão de mundo, pré-moderna e estética. Dessa forma, a autora recorre, na historicidade do conceito, à dialética sociedade-natureza. Segundo Cauquelin (2003), entre os gregos antigos sequer havia a palavra ou qualquer forma de expressão e representação semelhante ao conceito de paisagem. A natureza é entendida pelos gregos antigos como dinâmica viva, cujas manifestações são visíveis em todo lugar. Sua apreensão ‘pertence à ordem do intelecto’, e, não necessariamente, passa pela ordem da estética, ou, nas palavras da autora:

Com essa “ideia” ou forma de natureza, que é preciso compreender nos seus meandros, não é absolutamente necessário, para apreendê-la, passar pela contemplação dos seus aspectos paisagísticos. A natureza, sua compreensão, pertence à ordem do intelecto, não da sensibilidade. A natureza não está para ser vista, mas para ser analisada. [...] Os dados dos sentidos não nos trazem informações sobre a natureza, mas sim sobre sua aparência, da qual é preciso tomar distância (CAUQUELIN, 2003, p. 25).

A análise da natureza, para os pensadores gregos, dispensava qualquer interesse pelo sensível e pelo estético com o fim em si mesmo. O ‘grau zero da paisagem’ revela a natureza enquanto processo, ou seja, enquanto totalidade, cujas partes não tenham sentido senão dentro do conjunto. Joachim Ritter remete à *theoria tou Kosmou*, quando coloca que a paisagem é correlata ao desenvolvimento de uma consciência estética da natureza na qual não é preciso mais pertencer ao lugar para vê-lo. Nesse sentido,



segundo Ritter (1980) *apud* Besse (2006), na modernidade a natureza separada do todo existencial, passa a ser apresentada como totalidade e como cosmos. Para Besse (2006), Ritter provoca uma reflexão de natureza cosmológica e ontológica acerca da relação sociedade-natureza ao questionar o que significa o fato de algo que, na origem, possuía uma conotação essencialmente teórica e passa a requerer uma representação estética?

Uma reorientação histórica fundamenta a passagem de uma contemplação ‘teórica’ para uma contemplação ‘estética’, e ela se dá a partir da modernidade. “A estética (portanto, a paisagem) é necessária justamente no contexto inaugurado pela ciência moderna: aquele de uma nova relação com o mundo (que foi caracterizada como uma relação de divisão)” (BESSE, 2006, p. 38). Como aponta Besse, “Em outros termos, a paisagem prolonga, na experiência sensível, o antigo cosmos. A experiência paisagística reconduz e veicula, no plano da estética, a densidade espiritual de uma situação filosófica” (ibidem, p. 2). Para Ritter, “Não podendo mais o céu e a terra da existência humana aceder ao saber e à expressão na ciência como outrora, a literatura e a arte os traduzem esteticamente sob a forma de paisagens” (RITTER, 1980, p. 27 *apud* BESSE, op. cit., p. 38). Ao buscar o papel da representação paisagística como totalidade da existência do homem no mundo, Besse indica o fato da paisagem evidenciar:

a experiência sensível da Terra como espaço aberto, espaço a ser percorrido e descoberto. [...] a representação da paisagem ‘encarna’ graficamente o novo pensamento e a nova experiência da Terra como solo universal da existência humana, que têm lugar na geografia do século XVI na esteira das grandes navegações e da descoberta de novos mundos (BESSE, 2006, p. 40).

Ao retomar Cauquelin (2003) acerca do sentido da contemplação do mundo na antiguidade e na Idade Média, segundo Yves Bonnefoy, nota-se sua natureza filosófica (*theoria*) como forma de pensar e entender algum fenômeno a partir da observação. E, conforme aponta Besse, a mudança advinda da modernidade é estrutural no que tange à relação sujeito/objeto, ou seja, “A paisagem é [...] não apenas o prolongamento do vocabulário antigo da ‘teoria’ filosófica, mas também a ilustração visual da nova experiência geográfica do mundo” (BESSE, op. cit, p. 41).

### **Práticas sócio-espaciais e as águas no contexto capixaba (1849 a 1955)**

É inegável a forte e decisiva importância das águas na produção do espaço urbano de Vitória desde a fundação da Vila em 1551. O núcleo ocupacional inicial se restringiu às partes elevadas sobretudo numa estratégia militar, mas também como consequência da condicionante geográfica, já que a parte baixa da Vila era formada por manguezais e portanto, sob forte influência das marés.. Inúmeras descrições da Ilha de Vitória atestavam suas qualidades paisagísticas, percebidas sobretudo até o século XIX como um panorama equilibrado de terra, água e homem. Cabe destacar a contribuição de Levy Rocha (2008) com as impressões registradas por D. Pedro II em sua viagem ao Espírito Santo em 1860: “**A vista da baía era sempre agradável, especialmente quando postado o observador mais de longe;** o extenso mangal da preamar; as fruteiras das chácaras e dos pomares e a mata que vestia os elevadiços” (ROCHA, 2008, p. 42, grifo nosso). Luiz Serafim Derenzi (1965) fornece ainda uma ideia do entrelaçamento que ocorria em Vitória entre o mar e a cidade.

Na segunda metade do século XVIII, **a capital do Espírito Santo, vista do continente, tem belo aspecto paisagístico.** Lembra pequeno feudo medieval, encastelado nas grimpas das montanhas a se espalhar em águas tranquilas de um lago. **O casario, nascendo do mar, entremeia-se com restos de vegetação nativa e morre em torno do “Colégio” e da Matriz.** As tórres assimétricas de Santiago dão-lhe um harmonioso equilíbrio. Equilíbrio que se casa com o plano de fundo, coberto de mata secular e vigorosa. **Não há separação definitiva entre as águas e a terra. O mar entra pela “Prainha” e, nos baixios de Roças Velhas [zona compreendida desde o Parque Moscoso até Santo Antônio], dilui-se nos mangues, que se confundem com o mataréu das colinas. Nas marés menores descobrem bancos de areia, que, pouco a pouco, aterrados, se transformam em embarcadouros e trapiches** (DERENZI, 1965, p. 95, grifo nosso).

Não obstante os relatos exaltarem as qualidades paisagísticas da integração águas-cidade, grande era o comprometimento dessa integração com o funcionamento da cidade. Para Gonçalves (2017), a presença de várias ilhas e pedras submersas no estreito canal da Baía, além das poucas e pequenas praias acessíveis apenas por barcos muito pequenos e canoas favoreceu, em grande medida, a defesa da Vila, ao propiciar naufrágios ou impossibilitar o ancoramento de naus e caravelas. O suporte econômico dependia das comunicações que se faziam “além mar”, o que justificava a existência de um conjunto de estruturas e edificações relacionadas ao comércio marítimo, sobretudo trapiches e ancoradouros, já que “As naus e caravelas ficavam mais afastadas, no meio do canal, aguardando que fossem carregadas pacientemente pelas idas e vindas dos pequenos barcos” (GONÇALVES, 2017, p. 66).

Dessa forma, a presença de fortes<sup>8</sup> e trapiches comerciais às margens da Baía de Vitória até o século XIX materializavam o usufruto do mar preponderantemente relacionado às questões utilitárias da Cidade, quais sejam militares ou econômicas. As nascentes de água potável e os córregos<sup>9</sup> originários das mesmas indicavam a possibilidade de captação de água<sup>10</sup> para os afazeres domésticos, para o consumo e asseio pessoal, enquanto as áreas semialagadas – Reguinho, [Mangal do] Campinho e Pelames – destinavam-se a receber os rejeitos da Cidade. Embora este cenário seja inegável, pouco destaque é dado às relações que se estabeleciam no contato com as águas presentes na Capital. É certo que a ausência de faixas permanentes de areia e os terrenos encharcados e lamaçais não favoreciam, ao menos nos limites<sup>11</sup> da Cidade, outras atividades senão aquelas de natureza militar ou econômica. Contudo, isso não significa a inexistência e mesmo a irrelevância de outras. O papel exercido pelas águas em Vitória estendia-se também às atividades e práticas cotidianas banais, inerentes a um modo de vida ao mesmo tempo urbano e rural, sobretudo até o final do século XIX na Capital. Pressupostas de uma situação cujo mar avançava-lhe cidade adentro, e, no sentido oposto, rios e nascentes nele desaguavam, deixando lamaçais de mangues, charcos e córregos, essas práticas revelam os

---

<sup>8</sup> Derenzi (1995) e Lima Júnior (1994) indicam que no século XVIII quatro fortes marcavam a defesa da Baía em Vitória: Forte São João, Forte de Santo Inácio ou São Maurício, Forte N. S. do Monte do Carmo e Forte de São Tiago ou São Diogo.

<sup>9</sup> Dois córregos desembocavam na área semialagada e “pantanososa” conhecida como “Reguinho”, o qual se situava ao final da então Rua da Praia (posterior Rua do Ouvidor). Com a construção da Igreja de N. S. da Conceição, no século XVIII, O “Reguinho” passa a receber o nome de Largo da Conceição (ou “Prainha”).

<sup>10</sup> Essa captação se dava por meio das fontes construídas na Cidade. Segundo Saint Hilare *apud* Freire (2006) e Derenzi (1965), as fontes que abasteciam a população eram: a da Fonte Grande; a da Lapa – na região do antigo Campinho; e a da Capixaba, próxima ao Forte São João, hoje Clube Saldanha da Gama.

<sup>11</sup> Os limites da Cidade, até o final do século XIX, compreendiam as áreas entre a Santa Casa de Misericórdia e o Forte São João.

interstícios da interação entre as águas e a sociedade, levada a extremos nos anos de 1900.

Cabe destacar, no que tange às práticas relacionadas às águas e os espaços de ocorrência, o transporte/ deslocamento realizava-se, além da Baía de Vitória, um canal presente no Campinho atendia os religiosos do Convento São Francisco por meio do Cais de São Francisco. Muitos foram os relatos ainda, relativos às festas religiosas as quais se utilizavam da Baía para realização de procissões marítimas. A captação de água ocorria junto às fontes Grande, Lapa (Campinho) e Capixaba. Já a lavagem de roupas, foram indicados o Pelames e as lavanderias públicas construídas na administração de Jerônimo Monteiro, entre 1908 e 1912. Nota-se ainda a prática do banho em banheiros e casas de banho, situados na região central da Cidade, à então Rua Conde D'Eu e Praça Oito de Setembro, e também junto à Fonte Grande. A prática do banho de mar foi registrada desde o final do século XIX na Praia da Costa e na Praia de Piratininga, e, a partir da primeira década do século XX, em praias da Capital. Importa ainda indicar, registros confirmam também que essa era uma prática de crianças, pessoas pobres e vagantes na Baía de Vitória (porção central) e no Cais de São Francisco, quando o mar ainda era presente.

A realização de *picnics*, também conhecidos como convescotes, ocorria nas praias, contudo, nota-se, em alguns casos, a preferência por locais menos frequentados e com presença forte de árvores, o que remete à uma ideia de campo/ floresta. A pesca e a cata de caranguejos e mexilhões ocorria sobretudo à Baía de Vitória, com destaque para os relatos que indicavam o Mangal do Campinho, a Cidade de Palha (Vila Rubim) e a antiga Rua da Praia como locais onde se encontravam caranguejos facilmente, muitas vezes,

andando, em quantidade, pelas ruas. Por fim, o despejo de dejetos, comum nos antigos Campinho, Pelames e Reguinho.

No que se refere aos espaços públicos com presença de água e as práticas relatadas nos mesmos, destacaremos os locais comumente relacionados ao despejo de dejetos até o final do século XIX, a saber, o Reguinho, o Pelames e o Campinho, como locais onde ocorriam também cenas da vida cotidiana, como brincadeiras infantis e recreativas, encontros de negócios, festas e procissões religiosas, lavagem de roupas, produção de redes e limpeza de peixes por pescadores. No Pelames, ocorria ainda a atividade do curtume, sendo os trabalhadores ligados a essa atividade denominados “borboletas do Pelames”, como consta na Mensagem de Governo de 1912 de Jerônimo Monteiro, numa possível alusão àqueles que trabalhavam em meio aos flamboyants ali presentes. O Pelames é descrito ainda como local onde havia uma chácara de verduras que abastecia a cidade, e cujos quintais das casas apresentam frondosos jardins.

Essa descrição, portanto, aponta para uma visão diferente daquela constantemente encontrada ao final do século XIX acerca da insalubridade do local. Não foi possível apreender, neste caso, se o espaço foi depreciado ao longo do século XIX ou se estes “cenários” se davam concomitantemente. Nota-se ainda, uma diminuição significativa dos espaços com presença de água em Vitória, resultado dos aterros efetuados nas áreas nalagadas e semi alagadas entre o final do século XIX e início do século XX, bem como dos aterros para construção do porto na Baía de Vitória à primeira metade do século XX.

Espaços como o Largo da Conceição/ Prainha e o Campinho, deram lugar à Praça da Independência (Praça Costa Pereira) e

Parque Moscoso, respectivamente, e as práticas associadas aos mesmos ficaram restritas às festas e solenidades cívicas e às atividades recreativas e contemplativas. Nesse sentido, juntamente com as águas, foram soterradas também práticas cotidianas inerentes a um modo de vida “obrigado” a conviver com as águas entremeias à Cidade. Discorremos, dessa forma, acerca destas mudanças à luz do discurso hegemônico da modernização.

A passagem do século XIX para o século XX é marcada por uma profunda mudança de hábitos no que tange ao contato e convívio com as águas em Vitória. Essa mudança, relacionada a uma nova forma de ver o mundo a partir do discurso hegemônico da modernidade, é pautada nas questões de ordem higiênica, moral-estética e econômica. Dessa maneira, até o início do século XX são fartos os relatos e notícias sobre o estado de insalubridade da Cidade, concentradas nas áreas semialagadas<sup>12</sup>, nas imediações dos chafarizes e lavanderias e em inúmeras ruas<sup>13</sup>, sobretudo em função da presença de córregos - transformados em valas a céu aberto - e de lamaçais. A prática de sepultamento nos terrenos de igrejas e conventos na Cidade Alta até a primeira década do século XX agravava este cenário, em função do risco de contaminação das águas que provinham das nascentes com os resíduos gerados pela decomposição dos corpos.

Nota-se, dessa forma, à exceção da Baía de Vitória, cujas funções de defesa, comunicação e comércio e a favorável posição

---

<sup>12</sup> Sobretudo no antigo Campinho (que deu lugar ao Parque Moscoso em 1912), no Reguinho (aproximadamente, onde seria inaugurada a Preaça Costa Pereira na década de 1920) e no antigo Pelames (região que compreendia a área entre a atual Rua Gama Rosa e a Coronel Monjardim).

<sup>13</sup> As mais citadas: Rua da Várzea, Rua do Reguinho, Rua do Estanque, Rua da Lapa, Rua do Piolho

geográfica, garantiam requisitos suficientes para a sua qualificação<sup>14</sup> objetiva – utilidade - e subjetiva – estética, que as águas presentes nos interstícios da trama urbana tinham suas imagens fortemente atreladas à insalubridade até o início do século XX. O que de fato foi revelador na pesquisa é que, muito embora esse contexto insinue uma completa rejeição destes “espaços de insalubridade” por parte de moradores e visitantes, inúmeras atividades desenvolviam-se nos mesmos, não obstante suas condições de higiene. Estas atividades, pela forma como são colocadas, denotam que ocorriam frequentemente, como uma prática comum do dia-a-dia na Cidade, a exemplo das brincadeiras infantis<sup>15</sup>, dos negócios que tinham estes locais como ponto de encontro, das rotas das procissões, cortejos e blocos carnavalescos, além do próprio encontro social e do trabalho<sup>16</sup>.

- Quem não se recorda dos Pelames, a Praça Paula Castro, **onde as crianças cantavam rodas**, à tarde, e Siá Maria dos Cágados zelava pela sua preciosa coleção de quelônios? **Os garotos brincavam de pique, escondidos nos flamboyants**, ou corriam do popular Grela, um doido manso que assustava as alunas do Carmo?

A Praça Pelames era outro alagadiço resultante da entrada de água, na baixa-mar, pela Rua do Piolho, a atual Treze de Maio, antes do aterro da Prainha. [...]. **Tinha diversas casas térreas, com belíssimos jardins**, na base do morro Cidade Alta. **Eram famosas as borboletas dos Pelames, nome que resultou do principal ofício dos seus moradores – o**

---

<sup>14</sup> Essa qualificação, no entanto, não significava ausência de impressões negativas quanto às condições higiênicas, já que, as marés baixas somadas ao lixo despejado e aos rejeitos de peixes e do comércio à beira mar, conferiam um aspecto de sujeira às margens da Baía na Capital.

<sup>15</sup> Relatadas no Reguinho (jogos de rasteira), no Largo da Conceição (jogos de sella e de barra) e na Baía (banho de mar).

<sup>16</sup> No Largo da Conceição, concentravam-se pescadores, por haver ali uma prainha, de onde partiam e chegavam com suas embarcações. No Pelames, há relatos acerca de pescadores faziam ali suas redes.



**curtume. Ali, os pescadores faziam suas redes.** As chácaras foram conservadas e, até há pouco tempo, existiam belos pomares na base do morro (NOVAES, 2017, p. 190, grifo nosso).

Ocorre que muitos destes relatos aparecem somente a partir da década de 1910, fazendo alusão a um “passado” remoto, mas que, em verdade, acabara de ocorrer. Essa aparência de tempo longínquo se deve em grande medida à expectativa por sanar os problemas sanitários, superada com as transformações ocorridas no Centro de Vitória, sobretudo na administração de Jerônimo Monteiro entre 1908 e 1912, quando muitos destes espaços desapareceram ou se transfiguraram de tal forma que já não era mais possível reconhecê-los como vestígios de tempos de outrora. Importa destacar a matéria publicada no *Diário da Manhã* em 18 de agosto de 1927:

**Predomina hoje, por assim dizer, o elemento novo** na população da nossa capital. E é fácil compreender porque o trabalho foi attrahindo gente de outras plagas e a mocidade actual não se póde lembrar da cidade em seus característicos de há uns vinte annos para traz. A não ser por ouvir contar, **poucos dos nossos jovens se lembrarão de que o Largo da Conceição**, onde hoje está installada, com mais amplitude, alias, a bella Praca da Independencia, com os seus jardins e os seus repuxos, bellos prédios, cafés luxuosos, e um lindo Theatro, **era um capinzal cheio de castanheiras, em cujos troncos ficavam amarrados os burros de carga. Capinzal onde as creanças, desconhecendo ainda o futebol, faziam os jogos de sella e de barra, de batalhões e presos fugidios.** [...] **E o Reguinho ! Quem se lembrará desse logar onde a menina fazia os seus jogos de rasteira**, antes das innovações esportivas que hoje dominam? (OS ASPECTOS..., 1927, p. 17, grifo nosso).

A segunda metade do século XIX é marcada pelo agravamento da insalubridade da Cidade de Vitória, com a chegada

das epidemias na década de 1850. Medidas higiênicas começam a ser tomadas, incluindo a obrigatoriedade da quarentena nos portos de São Mateus, Rio Doce, Guarapari, Benevente e Itapemirim (MEDIDAS..., 1855<sup>a</sup>, p. 2). A partir de então, as áreas consideradas críticas, em sua maioria associadas àquelas semi-alagadas e aos córregos, tornam-se focos das ações sanitárias. No que tange à baía, tomamos atenção à distinção feita, em nota ao *Correio da Victoria* em 1855, entre praia e mar. Por praia<sup>17</sup> ou praia de banho, compreendiam as faixas permanentes de areia e o mar, ausentes de manguezal, situadas fora dos limites então reduzidos da Capital e destinadas ao banho de mar desde a segunda metade do século XIX. Já por mar compreendiam “mar aberto”, e, sobretudo, a Baía de Vitória em sua porção central, tomada por mangais e pedras onde se desenrolavam, principalmente, atividades portuárias e comerciais. Dessa forma, ao mar correspondente à “Baía de Vitória”, permitia-se lançar os rejeitos da cidade, enquanto que às praias pairava o zelo quanto a sua proteção higiênica.

Em quanto se não visitar os domicílios dos pobres, em quanto não se arrojarem ao mar quanto gênero podre por ahi existe; em quanto não estiver aceiada a cidade, e as casas caiadas, e limpas; em quanto não se for lançar longe das praias o lixo e emundicias que se tirão da cidade; [...] Medidas de mero aparato não nos convem [...] (A PROPOSITO..., 1855b, p. 2).

A Lei n. 35 de 15 de outubro de 1873, publicada no jornal *O Espírito Santense* de 16 de dezembro do mesmo ano, obriga que

---

<sup>17</sup> Apesar da existência de uma rua conhecida como “Rua da Praia” e de, em algumas notas publicadas nos Relatórios e Mensagens de Governo e nos periódicos pesquisados, a expressão “praia” remonte à área central de Vitória, em quase todas as ocorrências, o termo “praia” designa “praia de banho”, portanto, fora da Cidade.

proprietários e inquilinos mantenham seus quintais limpos, sem águas estagnadas ou lixo, proíbe o lançamento de “[...] águas servidas, vidros, cisco ou qualquer outra imundicia nas ruas e praças [...]” e estabelece o local e o horário “próprio” para isso: “O despejo de águas servidas ou infectas se fará em vasilhas tapadas, **depois de nove horas da noite à beira mar**” (ESPIRITO SANTO..., 1873, p. 1, grifo nosso). A legitimação do mar como local de despejo e da noite como invisibilizadora das práticas depreciadas revela uma ideia de espacialidade das práticas sociais relacionadas às águas, marcada por um ritmo temporal cotidiano. O ritmo da cidade é o ritmo do trabalho. E tudo que não se queria na cidade, deveria ocorrer fora desse ritmo<sup>18</sup>. O mar [Baía de Vitória] participa ainda de outra dualidade a partir da noção de trabalho e não trabalho. O Relatório *A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo* de 1839, em trecho dedicado à necessidade de iluminação da Capital, sugere que a utilização da Baía de Vitória por “pessoas que vivem de arte marítima”, embora fosse frequente, não era bem vista às autoridades, sendo importante a ação policial no sentido de conter possíveis atos de violência praticados pelos mesmos.

[...], sendo Ella, hum porto de mar, **he frequentada por muitas pessoas que vivem de arte marítima, as quaes pela sua rasteira educação** pouco escrupulo sentem em decidir qualquer pequena desavença á ponta de faca (ILUMINACAO..., 1839, p. 16, grifo nosso).

Este relato, ao mesmo tempo, indica a Baía de Vitória sendo frequentada por “pessoas que vivem de arte marítima” e revela uma visão depreciativa destes, pressuposta de uma ideia de trabalho

---

<sup>18</sup> Tempos depois, o Código de Posturas de 1900 em seu artigo n. 450 dispõe: “Depois das dez horas da noite é proibido transitar na Cidade vagabundos.”

associada à produção de capital. A prática da pesca de subsistência, embora constituísse uma necessidade para grande parte da população, dada a escassez e os altos preços da carne, era combatida sob a alegação econômica, já que era tida como uma atividade não produtiva e, portanto, não lucrativa. A ideia de ociosidade aparece com um mal que representa uma ameaça ao trabalho. Dessa forma, aqueles que pescavam para consumo próprio eram considerados ociosos e vadios, como consta no Relatório do então presidente da província do Espírito Santo, Pedro Leão Veloso, de 1858, publicado no jornal *Correio da Victoria*. Ao retratar com indignação o fato de boa parte da população preferir a cata de mariscos para sobrevivência ao invés do trabalho na agricultura, sugere que, para tentar combater a “ociosidade”, os “vadios” sejam obrigados ao trabalho forçado e rigidamente fiscalizado em colônias específicas para essa finalidade.

[...] vê-se um grande numero de indivíduos de ambos os sexos, ricos de saúde e typos de robustez, conduzindo cestos e gamellas até as pedras e recifes, em que vão buscar nos mexilhões e nas ostras o sustento diário, que lhe offerece numa natureza ociosa e inactiva, quando não se resolvem a procurar nos pântanos e mangues o caranguejo goiamû etc.

Será por lhe faltar terreno, que tal gente deixa de se applicar a agricultura?

O que lhe falta é o incentivo do trabalho, desde que suas necessidades, se satisfazem de mexilhões, ostras, caranguejos, goiamús, etc.

Para ella o que entendo que se podera fazer, fora **consideral-os vadios, e como tal obrigar-os a trabalhar retidos em colonias especiaes, e sob a direcção de severo regimen**; por vontade sua essa gente não se applicará a nenhum viver, que se tire de seu – *dolce far niente*[prazer de não fazer nada] (COLONISAÇÃO..., 1859, p. 1, grifo nosso).

O *Correio da Victoria*, dez anos antes, em 1849, em secção dedicada às notícias da economia, já fazia menção à necessidade de maior empenho de mão-de-obra na agricultura, em detrimento da extração de madeira e da pesca.

Há um grande inconveniente deste commercio [da madeira], e é o definhamento da lavoura, [...], porque os braços que devião ser empregados na plantação destes gêneros, occupão-se só nas derrubadas, e falquejamento das madeiras. [...]. **Tambem os braços, que se occupão na pesca fazem sensível falta á lavoura, e por isso igualmente necessita-se de medidas, que obstem este mal.**

Há na província povoações inteiras, que vivem da pesca, residem á borda do mar, e, quando o tempo não permite embarcarem-se nas suas pirogas para irem procurar o diário alimento, são assaltadas pela fome, [...]. Não basta para ser-lhes considerado pescador, que se possua uma choça perto do mar, uma pequena canôa, e certos outros objetos desse mister. **A pesca, que faz o commercio, e que pode ser considerada proveitosa, é a feita em alto mar, e não a das enseadas,** quando nella se occupão milhares de braços, e quando dela usão só para sua alimentação, abandonando a lavoura, primaria, e mais lucrativa fonte de riquezas publicas (LAVOURA..., 1849, p. 2, grifo nosso).

Se, na metade do século XIX, a pesca enquanto atividade de subsistência representava uma ameaça à agricultura, no início do século XX a industrialização torna-se condição *sine qua non* para sua aceitação. O Código de Posturas de 1900, no Capítulo IX que trata da pesca, isenta de imposto a indústria da pesca profissional, ao passo que impõe aos demais pescadores, não profissionais<sup>19</sup>, a necessidade de licenciamento e pagamento de imposto junto à municipalidade.

---

<sup>19</sup> Está-se falando aqui, na linguagem contemporânea, da “pesca amadora”, e, dentro dela, da “pesca esportiva”, sendo, para efeitos deste artigo, a primeira praticada com a finalidade de lazer e cujo produto não se destina à comercialização, e a segunda, contida na primeira, porém, sem abate obrigatório do pescado.

Mais uma vez, portanto, coloca-se a pesca como valor de troca em detrimento do valor cultural da atividade como sustento e prática cotidiana.

Não obstante tais imposições e “modalidades”, a prática da pesca participava da produção do espaço urbano de Vitória, quer seja no que tange às relações sociais e suas manifestações imateriais, ou na (re)produção da espacialidade, a partir de um processo contínuo de transformações no espaço social material. A exemplo do primeiro, citamos as devoções religiosas e suas diversas manifestações espaciais, como as procissões e regatas marítimas<sup>20</sup>, além das festas dedicadas aos santos de devoção. A exemplo do segundo, citamos a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 1755, após inúmeras solicitações dos pescadores da “Prainha” para que pudessem “rezar o terço e cantar ladainhas” aos sábados após o dia de trabalho. A desapropriação da Igreja com vistas à sua demolição, ao final do século XIX, gerou a insatisfação dos religiosos, contudo não evitou a construção do Teatro Melpômene, em 1896, no mesmo local (ELTON, 2014). Cabe também reforçar o “Pelames” como local onde confeccionavam redes de pesca, como exposto por Novaes (2017) e a “Prainha” como local onde os pescadores se reuniam após cada dia de trabalho, de acordo com Elton (2014). Acerca do Campinho, o jornal *A Folha do Povo* de 21 de março de 1952, na crônica *Pobre vive de teimoso, de Darli Santos*, narra o diálogo ressentido de populares que viram, no aterro do Parque Moscoso, findar a possibilidade da cata de caranguejo para produção da torta capixaba.

---

<sup>20</sup> Lima Junior (1994) cita as Regatas de Santa Catarina, em decorrência da Festa de Santa Catarina, celebrada a 25 de novembro. Segundo o autor, essas regatas eram disputadas em longas canoas tripuladas por pescadores que faziam seus próprios remos.

[...] Veja só você. Nem os carangueijinhos que a gente apanhava de vez em quando não vamos conseguir mais. Esse aterro acabou com tudo. Essa história de progresso é muito boa para os ricos. A observação tinha muito de trágica e de engraçada. E de inteligente. Realmente, **era ali que um elevado número de pessoas, durante as trovoadas, a época da Semana Santa, ia buscar o carangueijo para a torta de pobre.** Torta já se vê sem os mariscos que só os ricos podem comer. Mas já dava para tapeiar. Agora os carangueijos foram soterrados pelas máquinas modernas, impiedosas, que vão levando tudo de roldão. [...] (POBRE..., 1952, p.3, grifo nosso).

Ainda sobre o aterro do Campinho, o *Correio da Victoria* de 3 de agosto de 1871, em nota do então secretário de governo - Francisco de Rodrigues de Barcellos Freyre - sobre a canalização do esgoto, atesta a necessidade de construção de um canal - e não de uma vala como proposto pela *comissão de salubridade pública* - “[...] que sirva ao mesmo tempo ao tráfego de canoas, para não privar deste uso, quer ao commercio, quer aos particulares, [...]” (REQUERIMENTOS..., 1871, p. 3). A crônica *Parque Moscoso*, escrita por Eugênio de Assis e publicada na Revista Vida Capichaba de 30 de janeiro de 1940, inicia-se assim: “Em outros tempos, o atual Parque Moscoso não passava de uma sequencia do mar e que pelos aborígenes era utilizado” (PARQUE..., 1940, p. 12).

A prática do transporte e deslocamento marítimo e fluvial, exercida por canoeiros - ou catraieiros - na Baía de Vitória é marcada, historicamente, por conflitos. Fundamentais desde os primórdios tempos da ocupação portuguesa, suas atividades permitiram o abastecimento da Capital e a comunicação dentro e entre as Províncias. Contudo, como encontramos em Freire (2006), os transportadores de pequenas embarcações enfrentaram imposições que os desagradavam, pelo menos desde o início do século XVIII,

como a proibição de cobrança de passagens no trecho entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, por parte de barqueiros e catraieiros, aos franciscanos junto ao Cais de São Francisco.

Os religiosos continuavam merecendo favores excepcionais... Uma ordem régia de 1720, por exemplo, proibiu aos barqueiros e canoeiros cobrarem passagens aos franciscanos, em viagem por mar ou rio, no trecho entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Embora não pudessem possuir navios, conseguiram estes religiosos que a Câmara de Vitória lhes doasse uns chãos, onde fizeram um cais, no lugar ainda hoje recordado, vulgarmente, como “cais de São Francisco” (FREIRE, 2006, p. 174).

Entre o final do século XIX e meados do século XX, muitos relatos atestam conflitos com as autoridades pela cobrança de impostos pelos serviços prestados, pelas greves praticadas e reivindicações de direitos, melhores condições de trabalho e salariais. Consta ainda o apoio e participação destes profissionais nas romarias em devoção à Nossa Senhora da Penha, quando da festa em homenagem à Santa, disponibilizando suas embarcações para os fiéis.

Observa-se, portanto, a utilização das águas que inundavam a região do antigo Campinho também para fins de locomoção, assim como para embarque e desembarque de padres do Convento de São Francisco, quando, outrora, ali existia o cais de São Francisco, além da já conhecida utilização, por parte da população, para despejo dos dejetos. Elton (1986) coloca que “Mesmo assim, com tantos detritos a lhe sujarem as águas, esse cais, quando na preamar, se enchia de crianças, que lá se banhavam alegremente” (ELTON, 1986, p. 127), conforme verificou no jornal *A Província do Espírito Santo* em 27 de novembro de 1886. O mesmo autor também revela a utilização da



antiga Avenida Cais Schmidt, anteriormente Cais do Queimado, por “[...] desocupados e moleques da Cidade de Palha (Vila Rubim), que aí se banhavam, inteiramente despidos, embora fosse o comércio relativamente ativo nessa artéria, que, com o aterro para a construção definitiva do Cais do Porto, desapareceu” (ELTON, 1986, p. 100).

Embora a prática do banho de mar ocorresse de maneira desprezível, sobretudo por crianças, conforme relatara Elton (1986), os primeiros registros nos periódicos locais aparecem de forma indireta, associados aos afogamentos por acidente ou por suicídio. Salvo estes casos, até a primeira década do século XX, o banho de mar não fora noticiado como uma prática do simples prazer, mas, nas últimas décadas do século XIX, como recurso terapêutico, como consta em *Regras higienicas para banhos de mar* publicado no jornal *O Horizonte*, de 17 de março de 1883. Tais regras, publicadas em francês, fornecem uma sequência de 6 passos para o banho de mar, sugerindo, dessa forma, uma prática ritualística semelhante a um receituário médico - incluindo dosagem (10 minutos) -, restrita às classes mais favorecidas, as quais teriam condições de traduzi-las por conta própria e, assim, usufruir dos benefícios medicinais dos banhos de águas salgadas.

À penúltima década do século XIX, o banho de mar, assumido por suas propriedades terapêuticas, torna-se uma prática visibilizada pelos periódicos locais. Por vezes, relatos acerca do banho de mar sugerem que sua finalidade primordial terapêutica servia mais como uma “agradável” desculpa para o simples prazer de refrescar-se e divertir-se, sobretudo nos períodos mais quentes do ano, em praias de Vila Velha. A prática do banho de mar na antiga capital aparece, portanto, para além dos benefícios à saúde, como

uma fuga ao calor, à rotina do trabalho e à própria cidade de Vitória, em busca de tratar o corpo e também o espírito, ainda que isso não tenha sido assumido como tal.

O divertimento, nessa lógica, reitera aquilo que colocamos em momento anterior em diálogo com Theodor W. Adorno e Max Horkheimer em *A Dialética do Esclarecimento. Fragmentos filosóficos* (1947, p. 75) ao indicarem que “tudo só tem valor na medida em que se pode trocá-lo, não na medida em que é algo em si mesmo.” É o que consta no jornal *A Provincia do Espirito Santo* de 5 de janeiro de 1883:

**A' banhos.** - A lendária e pitoresca Vila Velha [...] desde o mez ultimo que agasalha amorosa em seu limitado e paupérrimo âmbito um grande numero de famílias desta capital, que, ás primeiras manifestações do fulgido e quente verão, [...] e foram haurir ali, nas proximidades da barra, uns hautos tonificantes de ar fortemente saturado pelas emanções do mar; [...].

A população adventícia que ali demora - **um pretexto como outro qualquer** - gosa dos espelendidos e ridentes panoramas que descortinam-se do alto da Penha e de Piratininga; aprecia os passeios á tarde pelo Inhoá, e á noite, em vez d'uma *soriée*, d'uma serenata, alegre e familiar, saborêa dois dedos de prosa; e cedo, ás 9 horas, vae pressurosa procurar o leito e os lenções! Teimam contra essa manifestação higienica dos banhistas, uns cacotes amantes do solo, que aborrecem-se algumas horas, muito satisfeitamente, muito tranquilamente, a tirar e passar fixas, que propriamente não são de consolação, e sim de... nickel !

Quem dá uns tons mais risonhos e variados ao quadro da vida da <colônia victoriense> são os meninas, uns pirralhos alegres e traquinas, **que não deixam o mar senão quando dormem.** [...] (A' BANHOS..., 1883, edição 00120, p. 3, grifo nosso).

Em que pese a grande preferência por praias de banho, portanto, com faixa de areia e “fora” da Capital àquele tempo, como já observamos, o banho de mar também ocorria na região central de Vitória, e passou a contar, em 1887, com banheiros para banhistas à antiga Rua Conde D’Eu, cujos quintais das casas terminavam à beira mar. Estas estruturas foram proporcionadas por comerciantes, como expõe *A Provincia do Espirito Santo* de 8 de janeiro de 1887 “[...] em vista da estação calmosa, e a bem da hygiene publica, resolveram d’ora em diante franquear gratuitamente ao respeitável publico os seus banheiros sitos á Rua Conde d’Eu, prevenindo que não se fornece aos banhistas toalha nem sabão” (F. 1887, p. 4). A existência de “casas de banho”, contudo, remonta o final do ano de 1877, quando foi inaugurada uma casa de banhos frios junto à Fonte Grande - conforme consta em Relatório no jornal *O Espirito Santense* de 1º de maio de 1878. Os proprietários destas casas de banhos, de uso público, tinham isenção de impostos e podiam cobrar taxas para arcar com as despesas das mesmas, contudo não podiam obter lucros por tal atividade. Algumas décadas depois, em Relatório apresentado pelo então presidente do Estado Jerônimo Monteiro ao Congresso Legislativo em 23 de Maio de 1912, faz-se menção à construção de duas lavanderias juntamente com “banheiros de chuva” e “gabinetes sanitários”, situados à Villa Moscoso - com 40 tanques - e no arrabalde de Santo Antônio - com 20 tanques-, e, na porção central da cidade, a construção de uma Casa de Banhos à Praça Oito de Setembro, com “[...] banhos quentes e frios, reservados, loja de barbeiro e limpeza de calçados” (ESPIRITO..., 1913, p. 339).

Importa observar, nas estruturas inauguradas na administração de Jerônimo Monteiro na primeira década do século XX, o incremento destas “casas”, com a incorporação de outros

serviços associados. Verifica-se que desde a década de 1890 esta mudança se iniciara, por iniciativa dos comerciantes de Vitória os quais já projetavam a popularização do banho de mar e viam, com isso, possibilidades de incrementar os negócios. Inicia-se, a partir de então, a criação da necessidade de artigos voltados para esse novo hábito, alcançando, à década de 1930, na Praia Comprida, a cobiça por “elegantes *maillots*” da “moda praia” entre a elite capixaba. Já nas primeiras décadas do século XX, praias de banho tornam-se acessíveis na Capital, com a inauguração da linha de bonde até a Praia do Suá, em 1908, e depois até a Praia Comprida na década de 1930. A Praia do Suá corresponde, portanto, à primeira “praia de banhos”<sup>21</sup> da cidade de Vitória, sendo comum, além do banho de mar, a realização de piqueniques<sup>22</sup> e a prática esportiva. Ocorre que, a partir da década de 1920, a Praia Comprida passa a atrair o maior fluxo de banhistas, sobretudo das classes privilegiadas, ao passo que a Praia do Suá, reduto de pescadores, teve sua imagem associada às classes de baixa renda, perdendo, dessa forma, o prestígio que alcançara no início do século. A década de 1950 representa, para a Praia do Suá, o período crítico, comprovado pelas inúmeras notícias que fazem referência ao estado de abandono, má conservação, carência de transporte e precarização dos pescadores.

Na Praia Comprida, por sua vez, a “alta sociedade” prestigia os banhistas pelos seus trajes e comportamentos. O banho de mar à fantasia realizado no período do carnaval nas Praias, Comprida em Vitória, da Costa e de Piratininga em Vila Velha, agitavam a Cidade,

---

<sup>21</sup> Como chamavam as praias fora do limite da cidade no início do século XX.

<sup>22</sup> Realizados, sobretudo, nas “praias de banhos” da Capital, Camburi, Ilha do Boi, Praia da Costa, Praia de Piratininga, Manguinhos, Guarapari e Linhares.

estendendo suas comemorações ao núcleo central da Capital, com os bailes de entrega dos prêmios dos concursos de fantasia. Os periódicos *Diário da Manhã* e *Vida Capixaba* apresentam, entre as décadas de 1920 e 1930, inúmeros relatos sobre os banhos de mar e as movimentadas Praia Comprida e Praia da Costa. À década de 1950, o banho de mar já constituía uma prática comum aos finais de semana, estendida a outras praias da Capital como Camburi, antes denominada Piranhem ou Maruyphe, Praia de Santa Helena e Praia do Barracão. Esta ampliação espacial da prática do banho de mar não só acompanha, como impulsiona o processo de ocupação de novas áreas de expansão em Vitória. À medida que os aterros e a urbanização destas áreas se concretiza, uma parte da população capixaba, sobretudo das classes mais abastadas, sente-se atraída em fixar residência em terrenos próximos ao mar.

No que tange à porção central da Cidade, muito embora já demonstrado a utilização da baía e dos espaços de águas para diversas finalidades, inclusive para o banho de mar, tais práticas foram invisibilizadas pelo anseio da modernidade. Este anseio tem como um dos marcos iniciais, além dos aterros sobre as áreas [semil]alagadas, a construção do Jardim Municipal – e posterior Éden Parque - nos últimos anos do século XIX na administração de Muniz Freire. À beira do mar [baía], o Jardim Municipal constituiu pioneiro e importante espaço construído com finalidade de receber atividades festivas e recreativas, solenidades e eventos sociais. Em 1907, dois anos após receber o Éden Parque, é inaugurado o primeiro cinematógrafo de Vitória, o que ampliou a oferta de lazer na Capital. No que se refere às águas, o Jardim Municipal/ Éden Parque era também utilizado para contemplação da paisagem, como apontado por Bellini (2014), como ponto de embarque para Vila Velha até 1910

e como ponto de saída de regatas e de cortejos marítimos fúnebres e religiosos. Tais práticas, amplamente visibilizadas pelos periódicos, revelam o prestígio atribuído a esse espaço, estrategicamente localizado à Baía de Vitória.

### **Considerações finais**

O papel das águas no contexto capixaba se revelou representativo do processo de modernização e constituiu a paisagem a partir do momento em que a ideia de modernidade de estabelece espacialmente na Capital capixaba. Observou-se que até o final do século XIX as áreas [semi] alagáveis – Campinho, Reguinho e Pelames – impossibilitaram a ocupação e assumiram papéis pouco prestigiados, contudo, não únicos. Não obstante a alta frequência de relatos que atestavam sobre a insalubridade destes espaços, nas entrelinhas, constituíam palcos de uma vida cotidiana em que diferentes práticas coexistiam espacialmente, assim como diferentes espaços correlacionavam as mesmas práticas. As práticas sócio-espaciais até este período insinuam, por meio de vestígios como a pesca para subsistência, o banho de mar despretenso, as brincadeiras em meio aos lamaçais e a devoção religiosa, uma ideia de cultura como um modo de existência único e integrado. As águas, neste contexto, não constituem a paisagem moderna, mas participam, efetivamente, da construção desse modo de existência, da cultura.

Os aterros e as transformações remodeladoras ocorridas em Vitória desde as últimas décadas do século XIX ganharam impulso com a expansão da Cidade principalmente rumo ao Novo Arrabalde ocorrida a partir das primeiras décadas do século XX. As novas áreas para ocupação trouxeram também novas formas de uso e apropriação

do espaço urbano [e das águas], dentre as quais, o banho de mar é representante. Inicialmente divulgado para fins terapêuticos, o banho de mar vem a se popularizar no início do século XX em Vitória, alcançando grande prestígio à década de 1920 na Praia Comprida e Praia da Costa. Mais do que a busca por saúde, famílias inteiras fizeram do banho de mar um pretexto para a exibição social. O usufruto do mar passa a uma valoração, direta ou indiretamente, relacionada a um poder de troca. Verifica-se que ações vinculadas às águas não tributárias de valor de troca eram constantemente combatidas, ou, no mínimo ignoradas para darem lugar ao novo, ao moderno e ao civilizatório.

Também corresponde a essa modernidade, os passeios contemplativos junto ao Jardim Municipal/ Éden Parque e ao Parque Moscoso. Locais estes os quais constituem a materialização da paisagem moderna e hegemônica. A visibilidade conferida aos novos hábitos compreende a invisibilização das práticas cotidianas banais, mas não irrelevantes, que se faziam presentes na Cidade. As águas, nestes casos, constituem a paisagem, moderna como lhe é inerente, panorâmica, visibilizada, naturalizada e enquadrada segundo a moldura do positivismo civilizatório. Visto por esta perspectiva, o modo com o qual as águas na Capital capixaba se integravam - pacífica e conflituosamente - ao contexto urbano é interrompido e cindido em esferas separadas e autonomizadas, sendo a estética representada sob a forma da paisagem. Nesse sentido, a paisagem confere às águas no contexto capixaba um novo significado, vinculado à valorização hegemônica da aparente autonomia de seus conteúdos

sociais e à “economia desvinculada”<sup>23</sup> como o fim em si mesmo da sociedade moderna.

### Referências bibliográficas

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução Guido Antonio. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BELLINI, A. K. de Q. Costa. *Espaços públicos abertos e o usufruto da Paisagem: 1860 A 1916 – Vitória (ES)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins, 2003.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma Ilha*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1965.

ELTON, Elmo. *Logradouros Antigos de Vitória*. Vitória: IJSN, 1986.

\_\_\_\_\_. *Velhos Templos e Tipos Populares de Vitória*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2014.

FREIRE, Mário A. *A capitania do Espírito Santo*. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822). 2ª edição organizada por Fernando Achiamé e Reinaldo Santos Neves. Ilha de Vitória: Flor&Cultura editores, 2006.

GOMES, P. C. da C. *O lugar do olhar*. Elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONÇALVES, João R. V. *Vitória Fortificações e Ilhas*. Vila Velha: Above Editora e Publicações, 2017.

---

<sup>23</sup> Segundo Robert Kurz (1996), “O dinheiro agora está preso a um circuito cibernético fechado sobre si mesmo. [...] Assim, o historiador Karl Polanyi chamou a economia de mercado moderna de uma “economia desvinculada” dos contextos da vida.”



KURZ, R. *A estética da modernização*. Tradução Cláudio Roberto Duarte. Revista Exit, jan.2002. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>>

KURZ, R. *O Programa Suicida da Economia*. Tradução José Marcos Macedo. Folha de São Paulo. 02 de junho de 1996. Original *Der Sieg der Ökonomie über das Leben* em [www.exit-online.org](http://www.exit-online.org). Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>>

LIMA JUNIOR, Carlos Benevides. *Baía de Vitória: aspectos históricos e culturais*. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1994.

NOVAES, Maria Stella de. *Jerônimo Monteiro: Sua vida e sua obra*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

PANZINI, Franco. *Projetar a Natureza*. Arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2013.

SOUZA, L. H. P. de. *Praia do Suá: Mudanças e permanências na paisagem*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

SOUZA, M. L. de. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa sócio-espaial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

### **Relatórios, mensagens de governo e periódicos**

A' BANHOS, Factos e boatos. Noticias locaes. *A Provincia do Espirito Santo*, ed.00120, p. 3, 5 jan. 1883.

A PROPOSITO DA EPIDEMIA. *Correio da Victoria*, Vitória, p. 2, 6 out. 1855b.

COLONISAÇÃO (cont.). *Relatório do presidente da província do Espírito Santo*, Pedro Leão Veloso. *Correio da Victoria*, Vitória, 9 jul. 1859. Parte Oficial, p. 1.

DESASTRES. Noticias Diversas. *Correio da Victoria*, Vitória, Ed.00009, p. 3, 29 jan. 1859.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Jerônimo de Souza Monteiro). *Relatório Exposição sobre os Negócios do Estado no*

*Quatriennio de 1909 a 1912 apresentado ao Congresso Legislativo no dia 23 de maio de 1913.* Vitória, 1913.

ESPÍRITO SANTO (Provincia). Presidente (1873-1889: Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas). *Lei n. 35 de 15 de novembro de 1873. O Espírito Santense.* Vitória: Typographia Ladeira do Palacio, p.1, 16 dez 1873.

ESPÍRITO SANTO (Provincia). Presidente (1838-1840: João Lopes da Silva Coito). *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 1º de abril de 1839.* Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1838.

ILUMINAÇÃO DA CAPITAL. Presidente (1838-1840: João Lopes da Silva Coito). *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 1º de abril de 1839.* Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1838.

LAVOURA E COMMERCIO. *Correio da Victoria*, Vitória, p. 2, 27 jan. 1849.

MEDIDAS SANITARIAS. Parte Official. *Correio da Victoria*, Vitória, p. 2, 6 out. 1855a.

OS ASPECTOS .... Antiguidade e novidades. *Diário da Manhã*, Vitória, p. 17, 18 ago. 1927.

PARQUE MOSCOSO. *Vida Capichaba*, Vitória, ed.494, p. 12, 30 ago 1940.

REQUERIMENTOS....*Correio da Victoria*, Vitória, p. 3, 3 ago. 1871.

Submetido em: 04 de abril de 2019.

Devolvido para revisão em: 10 de março de 2020.

Aprovado em: 21 de março de 2020.

**Como citar este artigo:**

CASADO, Tatiana Caniçali; MENDONÇA, Eneida Maria Souza; GOMES, Gustavo Zamproni. As águas e a modernização em Vitória (es): a paisagem como estética. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 508-541, jan.-jun./2020.